

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA
DOS AÇORES



COMISSÃO ESPECIALIZADA PERMANENTE DE
ASSUNTOS SOCIAIS

RELATÓRIO E PARECER

DA AUDIÇÃO DA GESTORA PÚBLICA INDIGITADA PARA PRESIDENTE DO CONSELHO DE
ADMINISTRAÇÃO DO HOSPITAL DO DIVINO ESPÍRITO SANTO EM PONTA DELGADA

OUTUBRO DE 2024



INTRODUÇÃO

A Comissão Especializada Permanente de Assuntos Sociais reuniu no dia 25 de outubro de 2024 e da agenda da reunião constava a audição da Senhora Dra. Maria Paula Raposo Fonseca Macedo Paz Ferreira, indigitada pelo Governo Regional dos Açores para o cargo de Presidente do Conselho de Administração do Hospital do Divino Espírito Santo em Ponta Delgada.

O *curriculum vitae* da Senhora Dra. Maria Paula Raposo Fonseca Macedo Paz Ferreira fica anexo ao presente relatório, do qual faz parte integrante.

CAPÍTULO I

ENQUADRAMENTO JURÍDICO

A presente audição é efetuada nos termos e para os efeitos previstos nos números 2 e 4 do artigo 12.º e artigo 12.º-A do Estatuto do Gestor Público Regional, o qual foi republicado em Anexo ao Decreto Legislativo Regional n.º 19/2014/A, de 30 de outubro.

«A comissão especializada permanente respetiva deve proceder à audição no prazo de vinte dias, a contar da data do despacho do Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores» (cf. previsto no n.º 3 do artigo 12.º-A).

«A comissão referida no número anterior, ao abrigo das correspondentes normas regimentais, elabora um relatório, do qual deve constar a audição do gestor público indigitado, bem como a posição dos partidos que integrem a comissão sobre a referida audição» (cf. n.º 4 do artigo 12.º-A).

Por fim, refira-se que «O relatório é obrigatoriamente enviado, no prazo de cinco dias, pelo Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores ao Presidente do Governo Regional dos Açores, para os devidos efeitos» (cf. n.º 5 do artigo 12.º-A).

CAPÍTULO II

AUDIÇÃO DO GESTOR PÚBLICO INDIGITADO

A Senhora Dra. Maria Paula Raposo Fonseca Macedo Paz Ferreira, na qualidade de gestora indigitada para Presidente do Conselho de Administração do Hospital do Divino Espírito Santo em Ponta Delgada, fez uma apresentação inicial do seu currículo, onde teve também a oportunidade



de partilhar a sua visão sobre o Hospital Divino Espírito Santo (HDES), as suas competências e as metas para o futuro.

Assim, a auditada, Dra. Maria Paula Raposo Fonseca Macedo Paz Ferreira, começou por fazer uma contextualização inicial, sublinhando a honra e responsabilidade de liderar o HDES, onde desenvolveu toda a sua carreira profissional, desde o antigo hospital de Ponta Delgada até ao atual edifício, com a ambição de transitar para o "hospital do futuro".

Seguidamente fez um pequeno resumo do seu percurso profissional, relevando os seus 36 anos de experiência, mencionando ainda o facto de desde 2018 ter ocupado o cargo de Assistente Hospitalar Graduado Sénior, enfatizando assim o conhecimento profundo das dinâmicas hospitalares que acumulou. Referiu ainda ter ocupado posições de destaque como Diretora do Serviço de Urgência (2015-2016), tendo também desempenhado papéis importantes na formação de internos e na coordenação de diversas comissões hospitalares.

A Dra. Maria Paula Raposo Fonseca Macedo Paz Ferreira destacou o impacto do incêndio que ocorreu a 4 de maio no HDES, um evento inesperado que obrigou a ativação do Plano de Emergência em todo o edifício. Neste contexto, mencionou que para garantir a continuidade do atendimento clínico, a administração realocou pacientes em parceria com seis outras instituições de saúde, contando com o empenho e resiliência de toda a equipa hospitalar e parceiros externos. Salientou também que a operação de reestruturação interna foi realizada de forma faseada e segura, com a colaboração de profissionais e parceiros externos, permitindo minimizar o impacto nos utentes.

Prosseguiu, dando nota de que desde o incêndio, o HDES tem trabalhado numa linha de ação estratégica com várias prioridades, nomeadamente:

- ✓ Expansão da Hospitalização Domiciliária: Visando aliviar a carga do hospital físico e garantir atendimento próximo dos utentes.
- ✓ Planeamento do Novo Hospital: A indigitada sublinhou a importância de desenvolver o "hospital do futuro" que inclui o redesenho, reorganização e requalificação do hospital. Este hospital deverá incluir novas valências clínicas, como cirurgia torácica e cardíaca, medicina nuclear, e apresentar um perfil universitário, fortalecendo a ligação com a academia.
- ✓ Fortalecimento dos Protocolos com Cuidados Primários: Uma parceria que já existia, mas que se intensificou após o incêndio, para melhorar a resposta aos doentes e facilitar a coordenação entre as diferentes unidades de saúde da região.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Finalizando a introdução, a Dra. Maria Paula Raposo Fonseca Macedo Paz Ferreira expressou a sua gratidão aos profissionais de saúde e parceiros, pela cooperação durante a crise e declarou-se disponível para responder às questões colocadas pelos deputados. A indigitada Presidente do Conselho de Administração do HDES reforçou o compromisso de continuar a melhorar o serviço prestado à população e promover um ambiente hospitalar seguro, resiliente e orientado para o futuro.

No decorrer desta sua primeira intervenção, a indigitada destacou o seu compromisso no desempenho das suas futuras funções, bem como a sua visão estratégica para enfrentar todos os desafios e fortalecer o papel do hospital no sistema de saúde dos Açores.

Terminada esta primeira intervenção deu-se início à primeira ronda de questões.

O Deputado José Toste (PS), tendo sido o primeiro a inscrever-se, começou por destacar a instabilidade que tem existido na gestão do Hospital Divino Espírito Santo (HDES), uma vez que em três anos, já passaram pela administração deste hospital três presidentes, o que levou a que este tenha demonstrado alguma preocupação com a continuidade e qualidade dos serviços. Questionou também a Dra. Paula Macedo sobre a escolha do hospital modular como uma solução temporária, perguntando se essa decisão teve motivações clínicas ou políticas e se foram consideradas alternativas. Por último, questionou sobre a demora na reabertura do edifício principal do HDES e pediu uma previsão de quando os blocos cirúrgicos e a urgência diferenciada estariam operacionais. Além disso, mencionou o aumento das listas de espera para cirurgias, que já somam mais de 7200 inscritos, e sugeriu a criação de um programa extraordinário para reduzir estes números.

Na sua resposta, a Dra. Paula Macedo explicou que a decisão de instalar o hospital modular foi motivada pela necessidade de espaço seguro para atender os pacientes transferidos após o incêndio, que comprometeu a rede elétrica e exigiu uma evacuação completa do edifício principal. Esclareceu que a escolha do hospital modular se deu em consenso com a equipa clínica e que não havia tempo hábil para outras alternativas. Em relação às listas de espera, a Dra. Paula Macedo ressaltou que a situação era grave antes do incêndio, mas que a recuperação da capacidade cirúrgica está a ser retomada de forma faseada. Também enfatizou que o hospital está a priorizar a cirurgia de ambulatório, visto que essa é uma solução eficaz para reduzir o tempo de espera e aumentar o número de cirurgias realizadas.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

No uso da réplica, o Deputado José Toste (PS) voltou a questionar qual a previsão para uma reabertura de 70-80% do edifício principal, perguntando também sobre a capacidade do hospital modular para dar resposta aos casos de alta complexidade.

Neste particular, a Dra. Paula Macedo explicou que o hospital modular é uma solução temporária e que, no momento, apenas a urgência básica está em funcionamento no modular. Casos de alta complexidade continuam a ser encaminhados para o hospital privado. Destacou, ainda, que a reabertura completa do edifício principal depende da aquisição de UTAs (unidades de tratamento de ar), que estão em fase de compra, mas cuja instalação requer estudos técnicos específicos.

Seguiu-se a intervenção da Deputada Délia Melo (PSD) que começou por elogiar o trabalho da Dra. Paula Macedo e o papel da equipa clínica na resposta à crise provocada pelo incêndio. Seguidamente, questionou a auditada sobre o desempenho do hospital modular desde a sua abertura e sobre o cronograma de reabilitação das áreas afetadas no HDES. Também questionou sobre as estratégias para atrair e fixar profissionais de saúde especializados, dado o desafio de manter os recursos humanos na Região.

Em resposta, a Dra. Paula Macedo informou que o hospital modular tem sido crucial para manter os atendimentos de urgência básica, mas destacou que o plano para retomar os serviços do edifício principal está em andamento. O plano funcional definitivo deve estar pronto em dezembro, permitindo o início das obras em 2025. Sobre a fixação de profissionais, mencionou a necessidade de investir em tecnologias avançadas e na integração com a universidade, criando um perfil de hospital universitário para atrair novos médicos e promover o desenvolvimento clínico.

A Deputada Délia Melo (PSD) aproveitou ainda para perguntar a indigitada sobre qual seria a sua visão para o futuro do HDES nos próximos cinco a dez anos, tendo a Dra. Paula Macedo respondido que, no longo prazo, deseja ver o HDES como um hospital moderno e adaptado, com áreas de expansão tecnológica, um bloco cirúrgico ampliado e equipamentos de alta tecnologia. Explicou que a sua visão é criar um hospital capaz de atender as necessidades da população dos Açores e de promover a formação e especialização contínua de novos profissionais.

Ainda nesta primeira ronda, seguiu-se o Deputado António Lima (BE) que começou por expressar a sua preocupação com a significativa redução no número de cirurgias desde o incêndio, questionando por isso quais as medidas imediatas que a Dra. Paula Macedo planeava implementar para restaurar a capacidade cirúrgica. Citou ainda alguns dados, no sentido de demonstrar que o número de cirurgias realizadas caiu cerca de 50% em comparação ao ano anterior, deixando muitos pacientes sem acesso aos procedimentos necessários.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Na sua resposta, a Dra. Paula Macedo reafirmou que a solução para as listas de espera está na expansão da cirurgia de ambulatório, a qual reduzirá o número de internamentos e aumentará o volume de cirurgias realizadas. Explicou que o plano é utilizar duas salas adicionais no hospital modular, enquanto as UTAs das salas principais do bloco operatório estão a ser instaladas. Acrescentou que a recuperação completa das operações no bloco depende das condições de segurança.

No uso da réplica, o Deputado António Lima (BE) questionou sobre quais os motivos que levaram a que os recursos para reabrir o bloco operatório, na sua totalidade, não tenham sido alocados imediatamente e interrogou ainda se as cirurgias pré-incêndio foram realizadas em condições seguras.

Na contra réplica, a Dra. Paula Macedo assegurou que, antes do incêndio, o bloco operatório cumpria os requisitos mínimos de segurança. Informou ainda que o calor causado pelo incêndio danificou algumas UTAs, forçando o hospital a adquirir novas unidades e a realizar adaptações estruturais, para garantir o ar condicionado necessário para intervenções seguras. Acrescentou ainda que essas UTAs precisam de um período específico de fabricação e instalação.

A última intervenção desta primeira ronda coube à Deputada Hélia Cardoso (CH) que incidiu sobre o financiamento do HDES para 2024 e o plano para reestruturação da dívida com fornecedores, considerando o elevado montante em dívida. Perguntou também sobre a composição da equipa administrativa, dada a promoção da Dra. Paula Macedo para a Presidente do Conselho de Administração do HDES, e sobre o cronograma das obras no HDES, referindo que, em visitas anteriores, fora mencionada a intenção de iniciar obras ainda em 2024.

Em resposta, a Dra. Paula Macedo esclareceu que o HDES está a implementar uma estratégia para a redução da dívida, incluindo negociações com fornecedores para pagamentos faseados e desconto em dívidas de longo prazo. Em relação à equipa, informou que continuará a exercer a função de diretora clínica até ao final de 2024, para assegurar a transição estável. Quanto ao início das obras, informou que estas terão início em 2025, após a conclusão do plano funcional, e que a decisão por ajustes diretos depende da aprovação do Governo.

No uso da réplica, a Deputada Hélia Cardoso (CH) questionou se as obras poderiam realmente começar no início de 2025, conforme havia sido prometido anteriormente, tendo a Dra. Paula Macedo confirmado que as obras começarão em 2025, embora não seja possível garantir que



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

iniciem logo no começo do ano. Explicou que as obras precisam de autorização final após a conclusão do plano funcional para um hospital preparado para o futuro, o que inclui estruturas para maior diferenciação e atendimento à população.

Terminada a primeira ronda, abriu-se a segunda ronda de questões, com a intervenção do Deputado Carlos Silva (PS) que começou por saudar a Dra. Paula Macedo pelo novo cargo, questionando se a referência a uma “equipa coesa e unida” significaria que não teria existido essa união e coesão na Administração da qual fazia parte. Perguntou ainda se foi unânime a decisão de recorrer ao hospital modular, qual seria a sua vida útil e se seria uma solução transitória ou uma estrutura definitiva. Referiu-se ao parecer da Comissão de Catástrofe que recomendou a suspensão de grandes eventos, como o Rali, e questionou se essas limitações seriam mantidas por quanto tempo.

Por último, perguntou também se já existem compromissos de reforço de financiamento para combater as listas de espera e quais são as previsões para transformar o HDES num "hospital novo".

A Dra. Paula Macedo respondeu começando por explicar que a decisão sobre o hospital modular envolveu algumas tensões, mas salientou que todas as decisões foram fundamentadas em critérios clínicos. Informou ainda que a vida útil do hospital modular é estimada em 20 anos e que, após a reabilitação do edifício principal, o modular será usado para complementar os serviços. Acrescentou que a urgência do hospital modular é mais limitada e não é destinada a grandes eventos de massa, como o Rali, que pode envolver múltiplas vítimas. Quanto ao financiamento, a Dra. Paula Macedo esclareceu que não há valores concretos, mas existe o compromisso do Governo no sentido de reforçar o orçamento, especialmente em relação às listas de espera. Finalmente, afirmou que as obras para transformar o HDES num "hospital novo" dependem do plano funcional em elaboração.

No uso da réplica, o Deputado Carlos Silva perguntou se o facto da Região estar numa situação financeira crítica poderia dificultar a concretização dos objetivos traçados e perguntou porque não é aproveitada a capacidade instalada em unidades como a Clínica do Bom Jesus para reduzir, mais rapidamente, as listas de espera. Perguntou ainda sobre o atraso na construção do centro de saúde da Ribeira Grande, como estrutura complementar de apoio al HDES e sobre a possibilidade de transporte de doentes não urgentes ser interrompido, por falta de pagamentos do HDES, aos bombeiros.



Em resposta, a Dra. Paula Macedo disse que a situação financeira é preocupante, mas está a ser analisada no Conselho de Administração. Quanto à colaboração com outras clínicas, informou que a articulação será planeada quando a capacidade do bloco operatório for estabilizada. Também concordou que o novo Centro de Saúde da Ribeira Grande poderia ser uma adição valiosa. Em relação aos transportes de doentes, confirmou que estão a ser analisadas alternativas para resolver a situação dos pagamentos atrasados.

Seguiu-se a intervenção da Deputada Salomé Matos (PSD) que destacou o desafio de manter a resposta às necessidades da população enquanto se realizam as obras de reestruturação. Destacou a importância da hospitalização domiciliária e perguntou qual o estado atual deste serviço e quais são as estratégias para melhorar a literacia em saúde dos utentes do HDES. Perguntou ainda se a situação do incêndio afetou os investimentos planeados no âmbito do PRR.

Perante estas questões, a Dra. Paula Macedo explicou que o projeto de hospitalização domiciliária está em fase final de implementação pelo serviço de Medicina Interna e deverá estar ativo até ao final do ano. Sobre a literacia em saúde, enfatizou a boa articulação entre o HDES e os cuidados primários para garantir um atendimento adequado. Em relação ao PRR, assegurou que os investimentos previstos, incluindo a aquisição de novas UTAs e outros equipamentos, estão em andamento e não foram prejudicados pelo incêndio.

O Deputado António Lima (BE) questionou sobre o funcionamento do hospital modular, mencionando queixas de utentes sobre a necessidade de transporte para exames. Perguntou também sobre a decisão de optar pelo *renting* de equipamentos com juros de 7% e se essa decisão partiu do HDES ou do Governo Regional dos Açores. Pediu ainda atualização sobre o resultado líquido do hospital até setembro e questionou o ponto de situação da integração dos trabalhadores com contratos COVID.

Em resposta, a Dra. Paula Macedo explicou que a escolha pelo *renting* com juros de 7% decorreu da limitação orçamental, sendo uma decisão da tutela. Quanto ao resultado líquido, afirmou que o relatório mais recente não estava disponível no momento, mas confirmou que a situação financeira será discutida em Conselho de Administração. Sobre os contratos COVID, informou que o hospital está a seguir as orientações da tutela para a regularização gradual.

No uso da réplica, o Deputado António Lima questionou a viabilidade de um resultado líquido positivo em setembro e pediu uma clarificação sobre a integração dos contratos COVID, perguntando se os trabalhadores estão a ser contratados diretamente ou por meio de novos concursos.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Sobre o exposto, a Dra. Paula Macedo afirmou que o HDES está a seguir as diretrizes da tutela e que os contratos COVID estão em fase de processamento, aguardando instruções finais para a integração dos trabalhadores.

A última intervenção desta ronda foi a da Deputada Hélia Cardoso (CH) que perguntou se a administração já iniciou contactos com empresas de construção para a realização das obras, considerando a elevada procura no setor. Questionou também se o HDES está a planear utilizar o procedimento de “Ajuste Direto” em vez do “Concurso Público” devido à calamidade e, em caso de atraso, se consideraria mudar temporariamente a urgência para o edifício principal.

Em resposta, a Dra. Paula Macedo explicou que, antes de qualquer contacto com empresas de construção, é necessário concluir o plano funcional, pois ele determinará o projeto de arquitetura e engenharia. Quanto à urgência, garantiu que o espaço no hospital modular foi projetado para ser flexível e adaptável às necessidades sazonais de atendimento, enquanto o edifício principal está a ser preparado para intervenções estruturais.

A Deputada Hélia Cardoso reiterou a sua questão anterior, que se prendia com a viabilidade do HDES mudar temporariamente a urgência para o edifício principal, caso as obras se atrasem, tendo a Dra. Paula Macedo afirmado que a urgência no hospital modular é suficiente para as necessidades imediatas e que o espaço foi pensado para facilitar uma resposta flexível. Aproveitou ainda para destacar que o espaço do edifício principal, apesar de parecer maior, tem limitações de *layout* que o tornam menos eficiente para reorganizações rápidas, sendo o modular uma solução mais prática para a urgência temporária.

Na terceira e última ronda, inscreveram-se o Deputado José Toste (PS), a Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP) e a Deputada Hélia Cardoso.

O Deputado José Toste (PS) referiu o custo associado à urgência no hospital modular e questionou sobre o custo mensal, ou até à data, da manutenção das urgências para os casos mais graves no hospital privado da ilha de São Miguel. Mencionou ainda, que a Dra. Paula Macedo foi nomeada para o Conselho de Administração no mesmo dia em que havia sido criada a Estrutura de Missão para o Acompanhamento do Financiamento da Saúde nos Açores tendo perguntado se nos 18 meses em que exerceu funções como Diretora Clínica alguma vez havia reunido com aquela estrutura.

Neste contexto, a Dra. Paula Macedo informou que, até ao momento, o custo associado ao hospital privado foi de aproximadamente 3,5 milhões de euros. Esclareceu também que não



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

participou em reuniões entre o Conselho de Administração e a estrutura de missão, mas afirmou estar aberta a todas as medidas que melhorem a situação financeira do HDES.

Seguiu-se a Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP) que começou por sublinhar a importância da articulação entre o HDES e as ilhas sem hospital, mencionando que alguns serviços estão a ser retomados após o incêndio. Questionou qual a visão da Dra. Paula Macedo sobre a retoma desta articulação e cooperação com as ilhas sem hospital, especialmente nas deslocações dos especialistas.

Em resposta, a Dra. Paula Macedo afirmou que a cooperação com as ilhas sem hospital é essencial e que a retoma das deslocações dos especialistas está em curso, nomeadamente para as ilhas com menos diferenciação. Reforçou que a articulação com os centros de saúde e outras unidades regionais será uma prioridade, com o intuito de garantir a continuidade de cuidados sem necessidade de deslocações desnecessárias para os utentes.

A última questão ficou a cargo da Deputada Hélia Cardoso (CH) que questionou se a construção civil para o hospital modular será feita através de “Ajuste Direto”, uma vez que inicialmente se falou nessa possibilidade, ou se será feita por “Concurso Público”, dado o montante envolvido. Questionou também sobre a transferência de equipamentos do HDES para o hospital modular, e se os equipamentos a serem utilizados no módulo são novos ou reutilizados. Perguntou ainda sobre as unidades de tratamento de ar, querendo saber se o problema das UTAs foi identificado devido ao incêndio ou se já existia anteriormente, e em que mês foi feita a encomenda das novas unidades.

Colocadas as questões, a Dra. Paula Macedo esclareceu que, devido ao montante elevado envolvido, a obra será realizada através de “Concurso Público” e não por “Ajuste Direto”. Quanto aos equipamentos, explicou que os equipamentos que estão em bom estado no HDES permanecerão no hospital principal, enquanto os novos equipamentos adquiridos irão para o hospital modular. Sobre as unidades de tratamento de ar (UTAs), afirmou que o problema foi revelado com a interrupção do uso das UTAs após o incêndio, e que a encomenda das novas unidades já foi feita, estando o processo em fase avançada de conclusão.

A presente audição terminou com o agradecimento, em nome de toda a comissão, por parte da Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, à indigitada Presidente do Conselho de Administração do HDES, Dra. Maria Paula Raposo Fonseca Macedo Paz Ferreira, reiterando o desejo do maior sucesso na sua difícil missão, de elevada importância para a nossa Região.



CAPÍTULO III

POSIÇÃO DOS PARTIDOS

- **O Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata (PSD):**
O Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata aprova o relatório e dá parecer favorável à indigitação.
- **O Grupo Parlamentar do Partido Socialista (PS):**
O Grupo Parlamentar do Partido Socialista aprova o relatório e dá parecer de abstenção à indigitação.
- **O Grupo Parlamentar do Partido CHEGA (CH):**
O Grupo Parlamentar do CHEGA aprova relatório e não emitiu parecer relativamente à indigitação.
- **O Grupo Parlamentar do CDS - Partido Popular (CDS - PP):**
O Grupo Parlamentar do CDS – Partido Popular aprova o relatório e dá parecer favorável à indigitação.
- **A Representação Parlamentar do Bloco de Esquerda (BE):**
A Representação Parlamentar do Bloco de Esquerda, apesar de participar na comissão sem direito a voto, foi auscultado, e absteve-se de emitir parecer por entender que “essa é uma responsabilidade exclusiva do Governo Regional.”
- **A Representação Parlamentar do Partido Pessoas-Animais-Natureza (PAN):**
A Representação Parlamentar do Partido Pessoas-Animais-Natureza, apesar de participar na comissão sem direito a voto, foi auscultado, mas não emitiu parecer.

CAPÍTULO IV

CONCLUSÕES E PARECER

Atenta a natureza da audição realizada, a Comissão Especializada Permanente de Assuntos Sociais deliberou, por maioria, na reunião de 28 de outubro de 2024, aprovar o presente relatório e a indigitação da Senhora Dra. Maria Paula Raposo Fonseca Macedo Paz Ferreira para Presidente do Conselho de Administração do Hospital do Divino Espírito Santo (HDES) em Ponta Delgada.

Horta, 28 de outubro de 2024



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

A Relatora

Inês Soares de Oliveira e Sá

Inês Soares de Oliveira e Sá

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

A Presidente

Sandra Costa Dias

Sandra Costa Dias